



Número: **0823630-07.2024.8.19.0002**

Classe: **DIVÓRCIO CONSENSUAL**  
Órgão julgador: **4ª Vara de Família da Comarca de Niterói**  
Última distribuição : **13/06/2024**  
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**  
Assuntos: **Dissolução**  
Segredo de justiça? **SIM**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCUS GARRIDO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)		FERNANDO JOSE DOS SANTOS GUIMARAES JUNIOR (ADVOGADO)	
eliana maria naressi registrado(a) civilmente como ELIANA MARIA NAREGI (REQUERENTE)		FERNANDO JOSE DOS SANTOS GUIMARAES JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
128770722	04/07/2024 08:05	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Comarca de Niterói**

**4ª Vara de Família da Comarca de Niterói**

Rua Coronel Gomes Machado, S/N, 7º ANDAR, Centro, NITERÓI - RJ - CEP: 24020-069

**SENTENÇA**

Processo: 0823630-07.2024.8.19.0002

Classe: DIVÓRCIO CONSENSUAL (12372)

REQUERENTE: MARCUS GARRIDO DE OLIVEIRA, ELIANA MARIA NARESSI REGISTRADO(A) CIVILMENTE  
COMO ELIANA MARIA NAREGI

Vistos, etc.

MARCUS GARRIDO DE OLIVEIRA e ELIANA MARIA NARESSI ambos devidamente qualificados, propuseram Ação de Divórcio Consensual, alegando estarem separados, inexistindo qualquer possibilidade de reconciliação.

Com a inicial vieram os documentos constantes no ID: 124581553 a 124581572.

Os requerentes cumpriram o art. 731, do CPC (cf. ID 126747577).

RELATEI. DECIDO, POIS.

Vê-se que o pactuado pelos requerentes no ID: 126747577 (1/3), atende aos seus interesses, não se vislumbrando prejuízo evidente para qualquer um deles.

Por ser assim, considerando que as partes firmaram o acordo no ID: 126747577 (1/3) e atenderam ao disposto no art. 731 do CPC, HOMOLOGO por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a convenção celebrada pelos cônjuges e DECRETO o divórcio consensual do casal postulante, resolvendo-se o mérito do processo nos moldes do art.487, III, "b" do CPC, permanecendo a mulher usando o nome de solteira. A partilha será realizada em



ação própria.

Custas, ex-lege.

Certificado o trânsito em julgado da sentença, servirá a presente como carta de sentença e mandado de registro de sentença perante ao RCPN competente.

Após, dê-se baixa e archive-se.

P.R.I.

NITERÓI, 3 de julho de 2024.

MÁRCIO QUINTES GONÇALVES  
Juiz Titular

